



ENCONTRO REGIONAL DE MULHERES DO SINASEFE REGIÃO SUDESTE

Plenária Final Encaminhamentos aprovados:

GT 1 - Direito das mulheres e combate ao assédio

- Que as ações do Sinasefe tenham foco no acolhimento e na mediação.
- Defender a criação de comissões de combate ao assédio que sejam abertas e eleitas democraticamente nas IFs.
- Lutar para que seja garantida uma formação para os membros eleitos das comissões de combate ao assédio e para os gestores e reitores das IFs.
- Desenvolver ações de prevenção ao assédio e à violência contra mulheres no âmbito do Sinasefe.
- Defender que também sejam desenvolvidas ações de prevenção ao assédio e à violência contra as mulheres nas IFs.
- Garantir o sigilo nos processos do conselho de ética do Sinasefe.
- Lutar para que seja garantido o sigilo dos processos de assédio e violência contra as mulheres nas IFs.
- Realizar uma pesquisa e levantamento de dados sobre assédio e violência contra as mulheres nas IFs e nas seções do Sinasefe.
- Construção de um GT para desenvolver protocolos de ação em caso de violência e assédio contra mulheres no âmbito do Sinasefe. O GT deverá acontecer em dias que antecedem as plenas híbridas, nos moldes do GT carreira. Os resultados deverão ser discutidos e aprovados no 4º Encontro Nacional de Mulheres e posteriormente referendados em Plena, conforme estatuto.
- Construção de uma cartilha com um glossário de conceitos e nomenclaturas relacionadas ao assédio e à violência contra as mulheres.
- Criação de uma rede de combate ao assédio e a violência contra as mulheres para lançamento no 4º Encontro Nacional de Mulheres do Sinasefe.

GT 2 - As reformas da previdência e os impactos sobre a aposentadoria para as mulheres

- Lutar pelo reposicionamento dos aposentados PCCTAE que se aposentaram antes de 2003, que ainda não foram reposicionados.
- Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 103/2019, que transfere o regime de aposentadoria do servidor público federal para o INSS, uma vez que o Decreto
- Que em todos os encontros do Sinasefe haja discussões sobre a reforma da previdência.
- Que cada seção tenha um GT de carreira e aposentadoria para discutir: carreira única, revogação da EC 103/2019, revogação da EC 41/2003, a volta da integralidade e da paridade,



o fim do pagamento de previdência pelos aposentados, PEC 555/2006 que trata do escalonamento do pagamento previdenciário e o auxílio nutrição.

GT 3 - Questões Étnico-raciais

- Criação de políticas permanentes de enfrentamento ao racismo em todas as esferas institucionais e dentro dos próprios sindicatos.
- Garantia da obrigatoriedade do letramento racial para todas as lideranças sindicais (brancas e negras).
- Inclusão dos NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) e grupos correlatos nos processos decisórios, editais e contratações seja nas seções sindicais, seja nas Instituições.
- Orientação para que toda seção sindical mantenha uma pasta GTS ou coordenação dedicada à pauta antirracista.
- Os sindicatos fazerem um levantamento nas instituições sobre a existência de um setor de ações afirmativas.
- Desenvolvimento de redes de apoio sindical com foco em saúde mental, valorização de trajetórias e políticas de permanência.
- Implementação e fiscalização do Decreto 11.443/23, com a reserva mínima de 30% de cargos comissionados para pessoas negras.
- Monitoramento dos processos seletivos para garantir a diversidade racial e combate à falsa meritocracia.
- Apoio à participação de sindicatos e coletivos negros em eventos nacionais como a Marcha das Mulheres Negras e o ENNIQ.
- Criação de canais institucionais e sindicais seguros para denúncias de racismo e perseguição nas seções sindicais.

GT 4 - Trabalhadoras que cuidam

1. Ações dentro da esfera do SINASEFE Nacional

- Criação de canais de comunicação entre mulheres da base do SINASEFE para apoio mútuo e construção de políticas para mulheres que cuidam. Nesse sentido, propõe-se não só a criação de grupo de whatsapp nacional (já iniciamos), mas também de núcleos locais com proposta de encontros presenciais.
- Levantamento de dados sobre mulheres da base do SINASEFE que cuidam (pasta de mulheres) e também de estudantes mães (pasta de políticas educacionais) para embasar discussões sobre políticas de apoio às mulheres que cuidam na educação federal.
- Mapeamento de políticas voltadas às mulheres que cuidam já realizadas em seções do SINASEFE e/ou institutos federais (pasta de mulheres).
- Produção de materiais para orientar a base sobre direitos das mulheres que cuidam e de letramento para reconhecimento de assédios e violações no processo de requerimento desses direitos, bem como criação de canais de denúncia e assessoramento jurídico.
- Produção de material sobre direitos de PcDs e neurodivergentes e de suas/seus cuidadoras/es (pasta de inclusão).



- Criação de espaços de debate sobre trabalhadoras que cuidam de pessoas idosas (pasta de mulheres).
- Criação de estratégias para expandir as ações do SINASEFINHO, a fim de desenvolver o posicionamento crítico e engajamento político das crianças.
- Adequação dos horários de realização de eventos do sindicato às necessidades de cuidado das crianças que frequentam o SINASEFINHO (respeito aos horários programados, organização dos cronogramas observando horários de refeição e outros cuidados às crianças, respeito aos horários de trabalho dos trabalhadores envolvidos no SINASEFINHO).
- Criação de canais de apoio/amparo psicológico às mulheres da base adoecidas pelo acúmulo de jornadas.
- Junto com a pasta de Inclusão, fazer um levantamento nacional dos servidores que são responsáveis legais por pessoa (qualquer membro da família e não apenas menores), neurodivergentes, PDC e/ou portador de doença rara e/ou crônica.

2. Lutas por ampliação de direitos a ser encampadas pelo SINASEFE

- Obrigatoriedade de instalação de espaços de apoio à amamentação e de suporte para cuidado de crianças pequenas nos espaços das instituições federais de educação.
- Ampliação da licença maternidade e paternidade.
- Extensão do auxílio-creche para além da idade de 5 anos, 11 meses e 29 dias, com atenção especial ao caso de mães/pais de crianças PcDs e neurodivergentes.
- Consideração do tempo de trabalho de cuidado no cálculo da aposentadoria.
- Isenção no IR para trabalhadoras/es que se dedicam ao cuidado de mães ou pais que necessitam de suporte.
- Aumento do valor do auxílio saúde e criação de políticas especiais para cuidado de dependentes PcDs ou neurodivergentes.
- Nesse sentido, sugere-se a criação de um GT Carreira na perspectiva das mulheres que cuidam para amadurecimento de tais pautas.
- Propor a criação de um auxílio específico para servidores que são tutores legais de crianças e adolescentes com deficiência, a exemplo do que existe para os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- Propor alteração na legislação nacional de cotas para pessoas PCDs, para que não seja exigido que o estudante seja oriundo de escolas públicas para ter acesso às cotas.

GT 5 - Condições de trabalho das servidoras, contratadas e terceirizadas

- Criação de um GT sobre saúde do trabalhador, discutindo pontos que perpassem pela compreensão sobre a junta médica, produção de saúde, afastamentos, remoção por saúde, redução de carga horária, tendo como encaminhamento Fazer pesquisa sobre as questões relacionadas aos afastamentos de saúde e as juntas médicas
- Discussão sobre a carga horária de trabalho do servidor de acordo com a faixa etária atendida e a redução de números de alunos por turmas, sobretudo quando envolve estudantes com deficiência



- Lutar pela ampliação da licença maternidade para 1 ano e licença maternidade para não gestante;
- Criação de sala aleitamento e salas de convivência para filhas de servidores de trabalhadoras e estudantes, sobretudo no período noturno;
- Sindicato acompanhar como está a garantia da implantação do decreto de redução da carga horária para os terceirizados com os devidos encaminhamentos e acompanhamentos para garantir as condições de trabalho;
- Construir espaços de formação de mulheres para se inserirem na gestão na perspectiva da educação popular e em espaços de educação não formal como o MST
- Criação de GT para debater condições de trabalho dos terceirizados;
- Fazer a luta política para sindicalização de terceirizados;
- Intensificar a luta política contra a terceirização da Educação e a bolsificação de trabalhos em projetos;
- Lutar contra a precarização dos trabalhos dos servidores alocados nos registros acadêmicos: acúmulo de trabalho, sistemas que não conversam, períodos que atravessam, planilhas e a melhoria dos sistemas informatizados;
- Luta pela ampliação de códigos de vagas para TAES e docentes AEE;
- Criar mecanismos de monitoramento e combate aos desvios de funções nas instituições federais de educação básica, profissional e tecnológica.
- Que os projetos de ensino, pesquisa e extensão das IFs sejam socializados nos diversos cargos que compõem a estrutura dessas instituições e que os técnico-administrativos de qualquer nível possam participar e coordenar projetos, desde que tenham os os requisitos exigidos para tal e que respeitem a reserva de vagas das cotas étnico-raciais.